

# Segundo encontro técnico de alto nível: Prote o de Mananciais



15 de junho de 2011 (quarta-feira) – 8h30 às 13h

Auditório Pau Brasil  
Av. Santos Dumont, 555  
Ponte Pequena – São Paulo – SP



sabesp

SECRETARIA DE SANEAMENTO  
E RECURSOS HÍDRICOS

Patrocínio



Apoio



Universidade  
da  gua



ABES

Realiza o



[www.sabesp.com.br](http://www.sabesp.com.br)

[www.saneamento.sp.gov.br](http://www.saneamento.sp.gov.br)

[www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br)

[www.uniagua.org.br](http://www.uniagua.org.br)

[www.abes-dn.org.br](http://www.abes-dn.org.br)

[www.aidis.org.br](http://www.aidis.org.br)

# Segundo encontro técnico de alto nível: Proteção de Mananciais



## INTRODUÇÃO

Com foco na Proteção de Mananciais, a AIDIS, em parceria com a Universidade da Água, e com o apoio da SABESP, organiza o evento Proteção de Mananciais, em 15 de Junho de 2011, das 8h30 às 13h00, a ser realizado na SABESP - Ponte Pequena, Av. Santos Dumond, 555, com estacionamento no local.

O tema é de suma importância para conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos vitais para abastecimento das cidades Brasileiras e que são constantemente impactados por atividades antrópicas desenvolvidas principalmente em grandes centros urbanos.

"A legislação Brasileira ambiental é referência mundial e no caso do Estado de São Paulo a Lei Estadual 9.866/97 promove o marco legal de Planos de Gestão de Recursos Hídricos e Regulação das várias atividades que impactam os mananciais."

A partir do final dos anos oitenta passou a ser cada vez mais evidente a necessidade de se reformular a legislação de proteção aos mananciais, seja para adequá-la às alterações jurídicas e legais ocorridas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1989, seja pela constatação de sua baixa efetividade.

Entre os objetivos da nova Lei destacam-se: proteção e recuperação de condições ambientais específicas, necessárias para a produção da água na quantidade e qualidade demandada atualmente, e garantir o abastecimento e o consumo das futuras gerações.

A grande novidade dessa lei é o âmbito de sua aplicação. Enquanto a legislação de mananciais da década de 70 se aplicava apenas à Região Metropolitana de São Paulo, essa nova lei se aplica a todo o estado de São Paulo, visando à proteção dos mananciais de interesse regional para o abastecimento público em qualquer parte do território paulista (art.3 ).

A Lei 9.866/97 define alguns instrumentos e mecanismos capazes de atuar diretamente nos fatores sociais, econômicos e políticos que compõem a região e determinam a estruturação e ocupação destas áreas a serem protegidas. Estes instrumentos são: (i) exigência do estabelecimento de leis específicas para cada Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM); (ii) exigência de formulação do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) de cada (APRM); (iii) estabelecimento de orientações para definição de mecanismos de compensação; e (iv) estabelecimento de orientações para fiscalização, monitoramento e aplicação de penalidades.

# Segundo encontro técnico de alto nível: Proteção de Mananciais



## OBJETIVOS

O evento consistirá na realização de um Seminário no período da manhã, onde autoridades, especialistas, agências reguladoras, concessionárias de água e organizações do terceiro setor estarão expondo temas técnicos e da gestão de recursos hídricos relacionados à proteção dos mananciais.

## PROGRAMA PRELIMINAR

### Participantes Confirmados:



**Dra. Dilma Pena**  
Presidente da SABESP



**Dr. Rafael Dautant**  
Presidente da AIDIS



**Dr. Rogério Menezes**  
Secretário Adjunto de Saneamento e Recursos Hídricos



**Prof. Dr. Ricardo Toledo**  
Universidade São Paulo



**Prof. Dr. Nelson Nucci**  
Consultor



**Dr. Félix Domingues**  
Agência Nacional de Águas - ANA



**Dr. Ricardo Araújo**  
SABESP



**Dr. Gilmar Altamirano**  
Universidade da Água



**Dr. Edson Ortega**  
Secretaria de Segurança Urbana da Prefeitura de São Paulo



**Heródoto Barbeiro**  
Jornalista Rede Record